



Número: **0817235-39.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **08/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.825,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11228 416	08/08/2020 18:18	Petição Inicial	Petição Inicial
11228 175	08/08/2020 18:18	02-Procuração e Documentos Probatorios do Processo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
11228 176	08/08/2020 18:18	03-Ofício 187-CGJ-JUSTIÇA GRATUITA-LEI 1.060 de 1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
11228 177	08/08/2020 18:18	04-Informações do Sinistro nº 3200-041763	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>Maria Osmarina Oliveira Gomes</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>Solteira</u>	Profissão: <u>Secretaria</u>
RG n°: <u>3451.347-SSPI/PI</u>	CPF/MF n°: <u>062.356.753-99</u>	
Endereço: <u>Rua Maria de Jesus Silveira, nº 2641, bairro: Vale Quem Tem,</u>		
<u>Cidade de Teresina/PI, CEP: 64390-000</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro RG n°: 2.684.877 - SSP/PI
CPF/MF n°: 023.365.163-22 Profissão: Advogado OAB/PI N° 12.813.
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias, n° 790, Bairro: Vermelha, Cidade de Teresina - PI, CEP: 64019-330.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, **com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC**, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judica, **conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC**, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, **bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, receber alvará, RPV ou precatórios, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS** e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor ou representa-lo no (a) presente Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Inutilidade Advindos por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 20 de junho de 2020.

Maria Osmarina Oliveira Gomes

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3451347	DATA DE EXPIRAÇÃO	05/07/2019
NOME	MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES		
FILIAÇÃO	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LIMA OSVALDO OLIVEIRA GOMES		
NATURALIDADE	TERESINA - PI	DATA DE NASCIMENTO	04/05/1992
DOC. ORDEM	CERT. NASCIMENTO 202267 L 242 F 306		
EXP. TERESINA - PI	15/07/1992		
CPF	062.356.753-99		

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO N° 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Osmarina Oliveira Gomes

062.356.753-99



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>Maria Osmarina Oliveira Gomes</u>		
Brasileiro (a)	Solteira	062.356.753-99
RG nº: 3.451.347-SSP/PI	CPF/MF nº: Secretária	
Endereço: Rua Maria de Jesus Silveira, nº 2641, bairro: Vale Quem Tem		
Cidade de Teresina/PI, CEP: 64390-000		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>1.045,00 (Um mil e quarenta e cinco reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de junho de 2020.

Maria Osmarina Oliveira Gomes
(CPF 062.356.753-99)





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 000929/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 14/01/2020 08:23 Data/Hora Fim: 14/01/2020 09:08
Delegado de Polícia: Erika Mourao Melo de Aguiar

DADOS DA OCORRÊNCIA

574462

Afeto: Delegacia de Repressão Aos Crimes de Trânsito

Data/Hora do Fato: 07/02/2019 22:30

Local do Fato

Município: Teresina (PI)
Bairro: Pedra Mole
Logradouro: rua ana maria gongalves e silva

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 04/05/1992 Idade: 27 anos
Naturalidade: PI - Teresina Profissão: Auxiliar Administrativo
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Maria de Lourdes Oliveira Lima

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 062.356.753-99

Endereço

Município: Teresina - PI
Logradouro: RUA SANTANA Nº: 1641
Bairro: TABAJARAS

Nome Civil: CAMILA SOARES EVANGELISTA (ENVOLVIDO)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 08/05/1992 Idade: 27 anos
Naturalidade: PI - Teresina Profissão: Auxiliar Administrativo
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: ROSALIA SOARES EVANGELISTA
Nome do Pai: EDMILSON EVANGELISTA

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 037.134.103-56
RG - Carteira de Identidade: 3131261

Endereço

Município: Teresina - PI
Logradouro: RUA ALCIDES FREITAS Nº: 2485
Bairro: MATINHA CEP: 64.003-150



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar
Impresso por: Jose Nilton Nunes Filho
Data de Impressão: 14/01/2020 09:08
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 000929/2020

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Idade:

Endereço

Município: Teresina - PI

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

CPF/CNPJ do Proprietário 037.134.103-56

Placa OVY3283

Renavam 01003874247

Número do Motor HC14E2E023332

Número do Chassi 9C2HC1420ER023332

Ano/Modelo Fabricação 2014/2014

Cor VERMELHA

UF Veículo Piauí

Município Veículo Teresina

Marca/Modelo HONDA/BIZ 100 ES

Modelo HONDA/BIZ 100 ES

Veículo Adulterado? Não

Quantidade 1 Unidade

Situação Meio Empregado

Última Atualização Denatran 07/11/2016

Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido

Envolvimentos

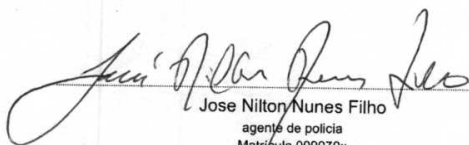
CAMILA SOARES EVANGELISTA

Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

A COMUNICANTE DISSE QUE QUANDO TRAFEGAVA NA GARUPA DA MOTOCICLETA ACIMA MENCIONADA, UMA OUTRA MOTO INVADIU A PREFERENCIAL, QUANDO AS MESMAS SE CHOCARAM, DISSE AINDA QUE O CAUSADOR DO ASIDENTE EVADIU-SE DO LOCAL. LEVADA PARA A UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE DR. LUIZ MILTON DE AREA LEÃO, REGULAÇÃO N: 60028. E EM SEGUIDA TRANSFERIDA PARA O HUT, PRONTUARIO N: 502031. ESTE B.O. É PARA FINS DO D.P.VAT. ERA O B.O.

ASSINATURAS


Jose Nilton Nunes Filho
agente de polícia
Matrícula 009070x
Responsável pelo Atendimento


Maria Osmarina Oliveira Gomes
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar
Impresso por: Jose Nilton Nunes Filho
Data de Impressão: 14/01/2020 09:08
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



MS/DATASUS UNIDADE DE SAUDE DR. LUIS MILTON DE AREA LEAO

No. DO BE: 467925 DATA: 07/02/2019 HORA: 22:52 USUARIO: ISMAILY
CNS: SETOR: 03-EMERGENCIA PRONTO-SOCORRO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE-

NOME : MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES DOC...:
IDADE.....: 26 ANOS NASC: 04/05/1992 SEXO...: FEMININO
ENDERECO.....: RUA SANTANA NUMERO: 2641
COMPLEMENTO....: BAIRRO: CIDADE JARDIM
MUNICIPIO.....: TERESINA UF: PI CEP...:
NOME PAI/MAE...: Maria de Leon Oliveira
RESPONSAVEL...: O PROPRIO
PROCEDENCIA...: CIDADE JARDIM
ATENDIMENTO...: ACIDENTE DE TRANSITO MOTO/PASSEIRO
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Com dor no abdome inferior e mto; fraco
Examinado no momento de chegada e mto; fraco

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: SINTOMA DE FOME FRACO, COMEÇOU

DIAGNOSTICO: EVOLUCAO: NAO COMEÇOU

PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

CD. Contato com o paciente
Em no 14h na moradia
Maria de Leon Oliveira (PA, FC)
Jardim - 2000 10 1000 1000 IV 1000 1000 1000 1000

DATA DA SAIDA: ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] RESISTENCIA

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

11:50 PA - 110 X 70 mmHg
12:55 mmHg, 110 X 70

CONFERE COM





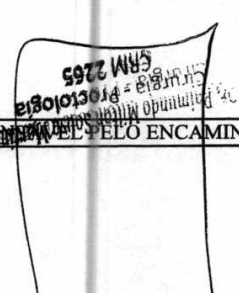
Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULACAO

AUTORIZAÇÃO: 512861900	Nº REGULAÇÃO: 60028	TIPO: AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 2679639 - SATELITE-UNIDADE INTEGRADA DE SAUDE DR LUIZ MILTON DE AREA LEAO - (86) 3235-2074		
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 5828856 - HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
PACIENTE: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES		NASCIMENTO: 04/05/1992

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA: TE REFERINDO ACIDENTE DE TRAFEGO COM ESCORIAÇÕES PELO CORPO E COM FRATURA EXPOSTA A NIVEL DO DORSO DO PE ESQUERDO			
PROVAS DIAGNÓSTICAS:			
EXAMES SOLICITADOS:			
DIAGNÓSTICO(CID): FRATURA DE OUTROS OSSOS DO METACARPO			
COMORBIDADE:			
PRESSÃO ARTERIAL: 120x70(mmHg)	FREQ. CARDÍACA:	SATURAÇÃO:	FREQ. RESPIRATÓRIA:
GLICEMIA:	NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: 15	USO DE O2:	
USO DROGAS VASOATIVAS:			
USO ANTIBIÓTICOS:			
USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:			

DATA:	07/02/2019 23:57:46
<div style="text-align: center;"> MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO</div>	

Joana Luiza Mendes da Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: M^a Osmarina Oliveira Gomes

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 502031

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

Joana Elisa Mendes de Mesquita
Nº 11/2000
SABE
TERE COM O ORIGINAL



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 08/02/2019 00:51:56

(User: ROCELDO)

(Estação: GESS002)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES		Prontuário: 502031
Mãe: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LIMA		Pai: OSVALDO OLIVEIRA GOMES
End.Resid.: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 04/05/1992	Idade: 26a9m4d	Sexo: Feminino Fone: 86-98831-5913
Responsável: MARIA DE LOURDES		CNS: 700504945197660
Profissão: NAO INFORMADO		Documento: RG: 3451347 - SSP PI
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Solteiro(a)
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 706619	Entrada: 08/02/2019 00:40:16	Convênio: S U S	Proced: 0301060029
Motivo da Procura (Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Classificação: Fratura exposta	Cor: Amarelo
Breve História Clas. Risco: PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM SINAIS DE FRATURA EXPOSTA EM DORSO DE PÉ DIREITO. ENCAMINHADO AO ORTOPEDISTA.		RAYLTON DA SILVA CARDOSO COREN 324211 Em: 08/02/2019 00:45:59

SSVV: (Hora: ____ : ____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: bpm Pressão: mmHg
Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta: Acidente de moto com dor em pé D			
Diagnóstico Inicial: ?			CID:
Exames Complementares: RX			
Prescrição Médica: medicamentos			
Motivo da Alta/Encerramento: Observação (Adulto) DATA: / / HORA:			

assinatura Paciente ou Responsável_____
ROCELDO ANTONIO NEVES DO REGO



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente

Wm/Car. Osmarino Oliveira Gomes

Diagnóstico pré-operatório

Tx de I e II metatarsos D

Operação - Tipo

Lmc + Fraga CI FK

Cirurgião

Dr. Wmundo

1º Assistente

2º Assistente

Instrumentador(a)

Fior

Anestésista

Dr. Wmundo L. Costa

Anestesia

Raque

Anestésico(a)

Data da Operação

08/02/19

Início

01:40

Fim

02:45

Diagnóstico Pós-operatório

Ø mm

Relatório Imediato do Patologista

Ø

Acidente Durante a Operação

Não Houve

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

- 1) Pulmão MT para Raquete
- 2) Manuseio + Anp + Cap. esbr
- 3) Forte ampliação do furo de fratura
- 4) Desbridamento + fragação de SP, 9ª exaradante
- 5) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5
- 6) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5
- 7) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5
- 8) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5
- 9) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5
- 10) Fragação de Fm de I e II metatarsos D CI FK 1.5

Dr. Wmundo L. Costa
CRM-PA 47390 - CRM-MA 6663

Joana Luiza Mendes de Mesquita
Matricula: 47390
SAME - HUT
MRE 76 HUT





232618

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

175495

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	232618

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES	6 - Prontuário: 502031		
7-CNS: 700504945197660	8-Nascimento: 04/05/1992	9-Sexo: Feminino	RG: 3451347 - SSP PI
11-Mãe: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LIMA	12-Fone: 86-98831-5913		
13-Resp: MARIA DE LOURDES	14-Cor: Sem Informação		
15-Ender: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - CEP: 64000-010	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-010
16-Munic: TERESINA			

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: <i>Edema de membros inferiores, dor no pé</i>			
21 - Condições que justificam a internação: <i>Alto risco</i>			
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): <i>Rx</i>			
23-Diagnóstico Inicial: fratura de ossos do metatarso	24-CID Prin: S923	25-CID Sec.: 	26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 0408050462	27-Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS	Tempo SUS 3		
29-Clinica: 02	30-Caráter: Ident.: 01	31-Docum.: 01	32-Doc. Méd. Solic.: 01	CPF: 804.614.683-87
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: WILANILDO LIMA COSTA	34-Data Solicitação: 08/02/2019	35-Ass. Carimbo Med. Sól. (CRM): <i>W. Wilanildo L. Costa CRM-PA 47401-13053</i>		

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilhete:	41-Série:
37- () Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- () Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado			() Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:
48-Documento: () CNS () CPF	49-Num. Documento:
Assinatura Paciente ou Responsável:	50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho): <i>Margondes Martins S. Moura Médico 40080-2 FMS - Teresina CRM-PI 1266 - CNS 17026395120001</i>
	Usuário: (SOLIMAR BRITO) Consulta Local: 706619

Assinatura Paciente ou Responsável:

Usuário: (SOLIMAR BRITO)
Consulta Local: 706619



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls Nº _____
Proc. Nº _____
Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO

DATA 08/02/19.

NOME DO PACIENTE:	Márcia Oliveira Almeida	PRONTUÁRIO Nº:	502034
DIAGNÓSTICO:	Ex. Exst. de I. II Meteforano (D)	CIRURGIA:	Luc + Fecop a FK
ANESTESIA:	Raque	Nº DA SALA:	05
CIRURGIÃO:	Dr. Wilanildo L. Costa	CPF Nº:	
AUXILIAR:	Estebane	CPF Nº:	
ANESTESISTA:	Dr. Marcus Vinicius	CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Fior	CPF Nº:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25x8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	01	
AGULHA 30x8	UNID.	01		LUVA Nº 70	PAR	01	
AGULHA 40x12	UNID.	01		LUVA Nº 75	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	04		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	06	
ÁLCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA	-		PVPI TÓPICO	ML	50	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML	-	
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	30		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	-		SERINGA 3CC	UNID.	-	
FORMOL	ML	-		SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	04	
GASES	PAC.	06		SONDA URETRAL	UNID.	-	
JELCO Nº 22	UNID.	01					
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCCORRÊNCIA:			
CAT.GUT.SIMPLES C/AG.				Elektodos - 05			
CAT.GUT.SIMPLES S/AG.				Exeres - 03			
CAT.GUT.CROMADO C/AG.				Crepom - 02			
CAT.GUT.CROMADO S/AG.				faixa de sonart - 03.			
ALCOFIL							
MONONYLON	20	01					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: Patricia Fontinele			
PROLENE							

Joana Luisa Mendes de Mesquita
Matriculada 47390
SABE - HUT
- PRECISO ORIGINAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERESINA - HUT

HOS(AL(URGÊNCIA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DO PACIENTE	IA OSMARINA OLIVEIRA GOMES	PRONTUÁRIO	502031	DATA NASC	04/05/1992	IDADE	26	CLÍNICA	Ortopédica	ENF. OU AP	234 241	LEITO		MÉDICO ASSISTENTE	
J/HORA	PRESCRIÇÃO MÉDICA								HORÁRIOS			OBSERVAÇÕES			
DIGO															
/02/2019	FRAT MTT D											07:40 - Paciente de alta hospitalar.			
/02/19															
1	Dieta oral livre														
2	Gelco salinizado														
3	Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h														
4	Dipirona _ 01 amp + AD EV 6/6hs														
5	Tilatil 20mg _ 01 amp + AD EV 12 /12hs														
6	Tramadol 50mg _ + SF 0,9% 100ml EV 12/12hs SN														
7	Plasil _ 01 amp + AD EV 8/8h S/N														
8	Cuidados gerais e sinais vitais														
CONFERE:															
Dr. Jose Francisco Procedomio da Silva															
Dr. Yuri Jivago Félix / Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Pessoa Filho															
Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia															
13415-TEOT10029 / CRMP12308 / CRM3766-TEOT:11305 / CRM3367															





CAMILA

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 08/08/2020 18:19:31
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080818175886100000010639311>
 Número do documento: 20080818175886100000010639311

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM – PÓS – OPERATÓRIO – SRPA									
NOME <u>Dimarina</u>				IDADE _____ anos		DATA <u>08/02/2019</u>			
HORÁRIO DE ADMISSÃO <u>02</u> hs <u>45</u> min		TIPO DE ANESTESIA () GERAL () RAQUE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO							
CIRURGIA REALIZADA _____						CIRURGIÃO _____			
SINAIS VITAIS		HORÁRIO							
		ADMISSÃO				SAÍDA			
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)		<u>126/58 mmHg</u>				<u>113/62 (78)</u>			
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)		<u>63 bpm</u>				<u>79</u>			
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)		<u>100%</u>				<u>98%</u>			
TEMPERATURA AXILAR (O° C)									
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)									
NOME/ MATRÍCULA						<u>Geniane</u>			
ÍNDICE DE ALDRETTEE KROULIK						ADMISSÃO		SAÍDA	
ATIVIDADE SCULAR	Movimenta os quatro membros	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
	Movimenta dois membros	1	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1
	É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0
RESPIRAÇÃO	É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
	Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1
	Tem apnéia	0	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0
CIRCULAÇÃO	PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
	PA em 20-49% do nível anestésico	1	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1
	PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0
CONSCIÊNCIA	Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
	Desperta, se solicitado	1	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1
	Não responde	0	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0
SATURAÇÃO O ₂	É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
	Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	1	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1	<input type="checkbox"/>	1
	Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	0	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0	<input type="checkbox"/>	0
ESCALA DE DOR ADMISSÃO 						TOTAL		9	
ESCALA DE DOR SAÍDA 						ASS.		10	
Sonda Vesical () Dreno de Sucção () Dreno Torácico () DVE () Colostomia Sonda () Nasogástrica () Sonda						ASS. <u>Raquel Meneses Pedreiro</u> COREN 377593-ENF			
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM: <u>02:55h. Admitida na SRPA em POE de TTA Cirurgião de olhos metatarsiano. Deba</u> <u>relato de anestesia geral. Consciente, orientada. Hemodinamicamente estável. Curati</u> <u>vo exclusivo em MTD, limpo e seco. Sem queixas no momento.</u>									
<u>07:50 alta da SRPA</u>									
ASS. <u>M. Anacleto Coutinho</u> COREN 377593-ENF									
ASS. <u>Joana Luiza Mendes de Mesquita</u> Matrícula: 47300 SAÚDE - PUF CONFERE COM O ORIGINAL									
ASS. <u>Fernanda A. Souza</u> COREN 377593-ENF									
PRESCRIÇÃO MÉDICA									





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES		Prontuário: 502031
Mãe: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LIMA	Pai: OSVALDO OLIVEIRA GOMES	
End.Resid.: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 04/05/1992	Idade: 26a9m12d	Sexo: Feminino Fone: 86-98831-5913
Responsável: MARIA DE LOURDES	CNS: 700504945197660	
Profissão: NAO INFORMADO	Documento: RG: 3451347 - SSP PI	
G. Instrução: Não informado	E.Civil: Solteiro(a)	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 707967	Entrada: 16/02/2019 07:11:56	Convênio: S U S	Proced: 0301060029
Motivo da Procura conforme Paciente/Acomp): DOR MEMBROS INFERIORES			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor: Indefinido
Breve História Clas. Risco:		?

SSVV:	(Hora: ____ : ____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: bmp	Pressão: mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:
trauma em pe

Diagnóstico Inicial:	CID:
?	

Exames Complementares:
pe

Prescrição Médica:

Motivo da Alta/Encerramento:		
Observação (Adulto)	DATA: / /	HORA: : :

natura Paciente ou Responsável

ARTHUR SAMPAIO SOARES DE SOUSA
CRM 3200 - PI Em: 16/02/2019 07:15:54

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 178106
	AIH: 2219100112867

FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES	NASCIMENTO 04/05/1992	SEXO F	PRONTUÁRIO 502031
DOCUMENTO	CPF	TELEFONE	NOME DA MÃE MARIA DE LURDES OLIVEIRA LIMA	RESPONSÁVEL MARIA LOURDES
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO RUA SANTANA			NUMERO / LOTE 2641
BAIRRO CIDADE JARDIM	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
DOR EM MI

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
TRATAMENTO CIRÚRGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)
EX FÍSICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL T009 - TRAUMATISMOS SUPERFICIAIS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------	--------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO
0413040178 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÕES EXTENSAS COM PERDA DE SUBSTÂNCIA CUTÂNEA

LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA CPF: 87715406368 CRM:
CARÁTER URGÊNCIA	DATA SOLICITAÇÃO 16/02/2019
DATA ADMISSÃO 16/02/2019 07:11	DATA ALTA 18/02/2019 09:00
MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) MARCUNDES MARTINS SANTOS MOURA CPF: 07939400363 CRM:	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA DATA ANÁLISE: 16/02/2019 08:24:46
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:	CPF CRM DATA ANÁLISE

Joana Lúcia Mendes de Mesquita
Matrícula
Sai
CONFERE COMO ORIGINAL



FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE M = JENARAIVA OLIVEIRA GOMES				Nº DE REGISTRO			
DATA: 16/03/19	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA	
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGUÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA	
EXAMES DE URINA							
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA							
SISTEMA CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA			
SISTEMA RESPIRATÓRIO				ASMA		BRONQUITE	
SISTEMA DIGESTIVO			SISTEMA URINÁRIO				
ESTADO MENTAL			CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS		
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				FÍSICOS			
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS	EFEITOS		
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO 1 2 3					TOTAL DE DOSES 1200 mg	
LÍQUIDOS	SO-UTO 500 400 SANGUE 300 200 OUTROS 100						
TEMPERATURA T	C°	260 240 220 200 180 160 140 120 100 80 60 40 20 10					
P. ARTERIAL V O PULSO	38	2 1					
INÍCIO E FIM ANESTESIA X						SEQUÊNCIA 1 Anestesia 2 curativa 3 curativa 4 curativa 5 12-13 6 12-13 7 12-13 8 12-13 9 10 11 12 13 14 15	
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO							
RESPIRAÇÃO O							
SÍMBOLOS						DURAÇÃO 30'	
TÉCNICAS ANESTESIA				INCIDENTE - ACIDENTE			
OPERAÇÕES limpeza mecânica - curativo							
CIRURGIÕES (MAGS)							
ANESTESISTAS Dr. Ezio Amorim							
PARTICULARIDADES				CONDIÇÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS			

MOD 76 - HUT





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fls Nº _____
Proc. Nº _____
Rubrica _____

Fundação Municipal de Saúde

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO

DATA 16/07/19

NOME DO PACIENTE	Ms. Dominga Oliveira Gomes	PRONTUÁRIO Nº:	502031
DIAGNÓSTICO:	Quemopexia	CIRURGIA:	quimopexia
ANESTESIA:	Rapida	Nº DA SALA:	02
CIRURGIÃO:	Dr. Chagas	CPF Nº:	
AUXILIAR:		CPF Nº:	
ANESTESISTA:	Dr. Enzo	CPF Nº:	
INSTRUMENTADORA:	Edna	CPF Nº:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25x8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	01	
AGULHA 30x8	UNID.	-		LUVA Nº 75	PAR	04	
AGULHA 40x12	UNID.	01		LUVA Nº 70	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ÁLCOOL 70%	ML	150		PVPI DE GERMANTE	ML	150	
ALGODÃO	BOLA	-		PVPI TÓPICO	ML	150	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML	-	
COMPRESSA	PAC.	03		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	100		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	-		SERINGA 3CC	UNID.	01	
FORMOL	ML	-		SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	03	
GASES	PAC.	06		SONDA URETRAL	UNID.	-	
JELCO Nº 20	UNID.	01		luvas n: 8,0	par	01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA:			
CAT.GUT.SIMPLES C/AG.				eletródos	und	05	
CAT.GUT.SIMPLES S/AG.				excova de degerman	und	03	
CAT.GUT.CROMADO C/AG.				crepom	und	01	
CAT.GUT.CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON 2-0	und	01					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE:			
PROLENE							

Joana Lúcia Mendes de Mesquita
Médica. 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIC





PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA - HUT

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA DE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

DO PACIENTE	PRONTUÁRIO	DATA NASC	IDADE	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
IA OSMARINA OLIVEIRA GOMES	16/02/19	04/05/1992	26	Ortopédica	237	253	
DATA/HORA DIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA				HORÁRIOS		OBSERVAÇÕES
05/02/2019	INFECÇÃO PÉ D						10:00 - Paciente euadise
02/19							
1	Dieta oral livre						
2	Gelco salinizado						
3	Ranitidina 50mg _ 01 amp + AD EV 8/8hs						
4	Dipirona _ 01 amp + AD EV 6/6hs						
5	Tramadol 100mg _ 01amp + SF 0,9% 100ml EV 8/8hs SN						
6	Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h						
7	Plasil _ 01 amp + AD EV 8/8h S/N						
8	Curativos diários						
9	Cuidados gerais e sinais vitais						
Dr. Jordano Cronembregger / Dr. Yuri Jivago Félix / Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Pessoa Filho							
Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia							
UM3413-TEOT10029 / CRM3766-TEOT:11305 / CRM3367							



DO PACIENTE		PONTUÁRIO	DATA NASC.	IDADE	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
IA OSMARINA OLIVEIRA GOMES		43512	04/05/1992	26	Ortopédica	237	253	
V/HORA DIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA				HORÁRIOS	OBSERVAÇÕES		
5/02/2019	INFECCÃO PÊ D						08:20h - Feito curativo no fo do MPD (pe) - Kaler	
02/19							12h - PA = 110/70 mmHg	
1	Dieta oral livre Dra. Joelma L. ... Nutricionista CRS-6						24:00 → 26 de observação	
2	Gelco salinizado						Sgco - p.A: 123x67 -	
3	Ranitidina 50mg _01 amp + AD EV 8/8hs				Kaler 12 14 22 26		p=67 bem	
4	Dipirona _01 amp + AD EV 6/6hs				Kaler 12 14 22 26			
5	Tramadol 100mg _01amp + SF 0,9% 100ml EV 8/8hs SN				Kaler 12 14 22 26			
6	Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h				Kaler 12 14 22 26			
7	Plasil _01 amp + AD EV 8/8h S/N				Kaler 12 14 22 26			
8	Curativos diários				Kaler 12 14 22 26			
9	Cuidados gerais e sinais vitais							
<div style="float: left; width: 15%;"> <p><i>(Assinatura)</i></p> <p>Dr. Paulo Henrique L. Filho Ortopedia e Traumatologia CRM 3357</p> </div> <div style="float: right; width: 85%;"> <p>Dr. Giordano Crt topedia e Tra / Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Pessoa Filho umatoxia/ Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia</p> </div>								
M3415-TEOT10029 / CRMPI2308 / CRM3766-TEOT:11305 / CRM3367								



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	ASSISTENTE
Maria Amaral D. Gomes		502031	Ortopédica	237	253	
DATA/HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM				
		HORÁRIOS	OBSERVAÇÕES			
	Presc. livre 2 por		10:45 - Paciente admitida procedente da RPA em POI LMC de Pé D, consciente, orien- tada, fásica. Des- conhece alergia a medicamentos e comorbidades.			
1	DIETA ORAL LIVRE		11:40 - PA - 100/50 mmHg			
2	SF 0,9% 1000 ml EV AO DIA		14:00 - Verificado SSVV			
3	CEFALOTINA 1G+AD EV 6/6HS		P.A. = 100 x 60 mmHg, P = 75 bpm.			
4	RANITIDINA 50 MG- A AMP + AD, EV, 8/8 h					
5	DIPIRONA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 h					
6	TILATIL 20mg - 1 AMP + AD EV 12/12h					
7	TRAMAL 100MG -1 AMP + 100ML SF0,9% 8/8H SN					
8	CUIDADOS GERAIS					
0						







HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pág: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES** (Prontuário: 502031)
Endereço: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 04/05/1992 Idade: 26a9m10d Sexo: Feminino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 706619
Requisição: 919537 Solicitação: 08/02/2019 Solicitante: ROCELDO ANTONIO NEVES DO REGO
Controle: 1150867 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 08/02/2019

PE OU PODODACTILO DIREITO

O estudo radiológico do pé direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Fraturas transversas completas recentes no 1° e 2° metatarsos com desvio no 2°.
- Aumento de volume de partes moles.

(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 14/02/2019

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341
Profissional Responsável

Joana Luisa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAUE - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES** (Prontuário: 502031)
Endereço: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 04/05/1992 Idade: 26a9m10d Sexo: Feminino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 232618
Requisição: 919581 Solicitação: 08/02/2019 Solicitante: WILANILDO LIMA COSTA
Controle: 1151022 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 234 LEITO 241

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 08/02/2019

PE OU PODODACTILO DIREITO

O estudo radiológico do pé direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Fraturas recentes alinhadas no 1° e 2° metatarsos fixadas com fios metálicos.
- Aumento de volume de partes moles.

(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 14/02/2019

CARLOS AUGUSTO MOURA FE

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável

Joana Luisa Mender de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES (Prontuário: 502031)**
Endereço: RUA SANTANA 2641 - CIDADE JARDIM - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 04/05/1992 Idade: 26a9m10d Sexo: Feminino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 232618
Requisição: 919581 Solicitação: 08/02/2019 Solicitante: WILANILDO LIMA COSTA
Controle: 1151022 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 234 LEITO 241

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 08/02/2019

PE OU PODODACTILO DIREITO

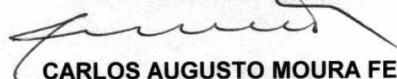
O estudo radiológico do pé direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.

Os seguintes aspectos observados:

- Fraturas recentes alinhadas no 1º e 2º metatarsos fixadas com fios metálicos.
- Aumento de volume de partes moles.

(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 14/02/2019

**CARLOS AUGUSTO MOURA FE**

CPF: 133.903.173-68 CRM PI 1341

Profissional Responsável



Paciente: 020156 MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES Idade: 27 Anos 04/05/1992
Requisição: 027764 Data: 24/05/2019 14:23 usu KAL
Médico: MEDICO EXTERNO
PARTICULAR IMAGEM

EXAME: RADIOGRAFIA DO PÉ DIREITO


RELATÓRIO:

Desmineralização óssea.
Fratura consolidada na diáfise do 2º metatarseano fixada por haste, intramedular.
Fratura na diáfise do 1º metatarseano, com persistência parcial do traço da fratura.
Haste metálica no local.
Superfícies e espaços articulares integros.
Partes moles sem alterações.

Conclusão:

- Laudo descritivo.

Teresina(PI), 24 de Maio de 2019


Dra. Lorena Santos Silva Tavares
CRM 1666-PI

Rua Vereador Joel Loureiro, 6930 | Pedra Mole, Teresina -PI





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

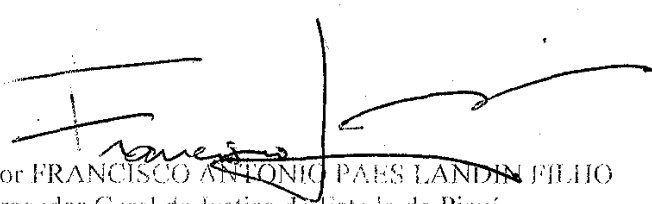
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii)* em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv)* nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v)* a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi)* tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii)* a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix)* em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

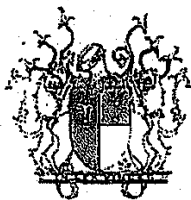
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

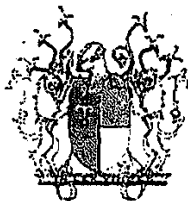
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

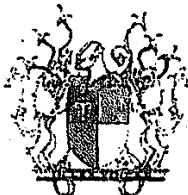
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil do ~~Inter. Pi.~~ para
atendimento - que se to
matéria, para ~~os~~
os fins de direito.





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200041763

Vítima: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES

Data do Acidente: 07/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15421002





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200041763

Vítima: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES

Data do Acidente: 07/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 50%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: MARIA OSMARINA OLIVEIRA GOMES

Valor: R\$ 675,00

Banco: 104

Agência: 000001989

Conta: 0000060603-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em:

www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

